

A COR DOS CANDIDATOS NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU “EDUCAÇÃO E AFRO-BRASILEIROS”.

Nome do Autor: José Marcos da Silva

Instituição: UFF

E-mail: mzosilva@yahoo.com.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como proposta investigar possíveis fatores que contribuíram para que haja predominância de profissionais negros no curso de especialização Educação e Afro-brasileiros, ministrado em uma universidade pública brasileira. Esta situação é observada em todas as turmas ao longo dos cursos oferecidos desde 2005, totalizando 5 turmas. Decidiu-se, portanto, realizar a presente investigação com a última turma. A pesquisa iniciou com a discussão conceitual e metodológica, passando, em seguida para a coleta, análise e interpretação dos dados obtidos. Os dados foram coletados a partir das fichas de inscrições dos candidatos que participaram da seleção do último curso oferecido naquela modalidade. Esta pesquisa procura trazer uma contribuição para verificar se houve ou não discriminação aos candidatos brancos, tendo em vista o grande número de brancos eliminados na seleção.

Palavras chaves: Discriminação, Cor, Magistério.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da população negra foi amplamente documentada por sua condição escrava. Mas do que isso, na literatura sobre escravidão predominou uma visão que insistiu em circunscrever o negro e a negra, primeiro, na esfera econômica como mercadorias e, posteriormente, na esfera da cultura como exóticos, e na esfera política como grupo destituído de capacidade organizativa e propositiva.

No tocante ao movimento negro, as inúmeras lutas sociais por uma efetiva integração travadas após a abolição esbarraram na visão instituída durante o período colonial que dificultava o acesso da população afro-brasileira, em condições de igualdade, a duas esferas principais da vida social: o mercado de trabalho e a educação.

No primeiro caso, o advento de uma sociedade industrial de trabalho livre não resultou na incorporação efetiva da população negra em função da presença de elementos substantivos do código colonial, na forma de estereótipos, discriminações e racismo.

Tais elementos permaneceram operando a hierarquia entre brancos e negros na “nova” ordem social, traduzindo-se na preferência dada aos brancos na obtenção de emprego em uma sociedade discriminatória, como registram os jornais e documentos da época.

No segundo caso, a educação permaneceu na esfera do desejo, pois as desvantagens ocupacionais, habitacionais e locacionais às quais a população negra estava submetida foram determinantes para a sua manutenção nos estratos educacionais mais baixos. O questionamento ao longo do tempo, em torno desses indicadores educacionais da população negra que a distancia da população branca, é se ele é consequência da pobreza ou da discriminação racial.

A discriminação racial, na forma da racialização da experiência do negro, antecedeu à formação de uma sociedade de classes no Brasil, portanto a situação da população afro-descendente se explica na interseção entre a pertença étnico-racial e a estruturação de uma sociedade de classes. Mas essa compreensão é recente e ganhou alguma relevância nos estudos acadêmicos somente após a segunda metade do século XX. (CARDOSO, 2008).

O interesse pela questão racial negra, quando existiu, foi primeiro comprometido com a idéia de caldeamento/assimilação que serviu de base à ideologia do branqueamento físico e cultural da nação por meio da imigração européia. Em um segundo momento, o mito da democracia racial deu base para a construção do discurso da unidade entre brancos, negros e índios, que encobriu as hierarquias e as discriminações constitutivas das relações entre brancos e não-brancos. Após os anos 50, o problema racial aparece como tema menor da chamada questão social, explicado na chave do conflito social e político entre as classes.

O processo de redemocratização em curso marca uma mudança significativa no tratamento da questão, agora étnico-racial negra, com o ressurgimento de reivindicações a partir de um movimento negro organizado nas principais áreas urbanas do país. É desse período a publicação de trabalhos acadêmicos que questionavam, entre outros problemas, a existência de uma associação imediata e direta entre preconceito e escravidão, como legado histórico e mostravam como a discriminação racial era plenamente compatível com a ordem capitalista industrial. Apontavam também que os indicadores de renda e educacionais de pretos e pardos eram similares, permitindo o agrupamento desses dois segmentos em uma única categoria de análise “negro”, que passou a ser assumida nas políticas públicas.

Dessa forma, a luta pelo acesso à educação escolar formal como bandeira histórica da população negra é retomada não mais no plano da denúncia ou de iniciativas isoladas, mas com o propósito

de questionar a própria atuação do Estado, em seus diferentes níveis, a partir de uma revisão ampla da forma como os negros apareciam e, ainda hoje, aparecem retratados na História do Brasil.

Os questionamentos transitam desde a imagem presente nos livros didáticos, passando pelos termos pejorativos usados nos textos chegando aos conteúdos ministrados nos cursos de formação de professores. De forma mais ampla, os questionamentos se dirigem à necessidade de mudança radical na estrutura curricular dos cursos em todos os níveis, modalidades e etapas do ensino que desconsideram ou simplesmente omitem a participação africana e afro-brasileira na construção do conhecimento em diferentes áreas das ciências.

A Lei nº 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional, a implementação da Lei nº 10.639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas.

O objetivo desta pesquisa foi verificar as razões da maior presença dos negros e pardos no curso, e se houve ou não discriminação aos candidatos brancos tendo em vista que a maioria branca foi eliminada.

METODOLOGIA

A investigação aqui apresentada ocorreu na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, local onde foi ministrado o curso de Pós-graduação Lato Sensu “Educação e Afro-brasileiro”, após ter sido observado a predominância de profissionais negros no curso. Essa situação foi observada em todas as 5 turmas ao longo dos cursos nos últimos 5 anos. Decidiu-se portanto, realizar a presente pesquisa com a última turma.

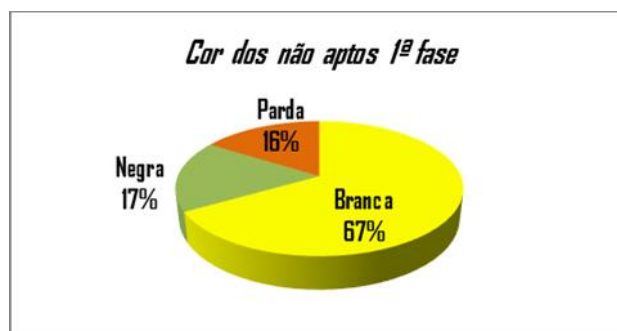
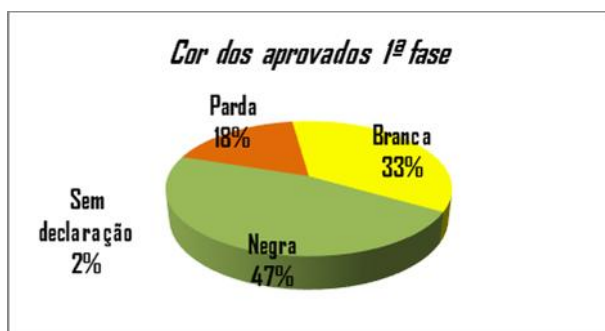
O público alvo desta investigação foram 189 candidatos, profissionais de educação, cujas atividades são desenvolvidas na escola básica e ensino médio, portadores de diploma de graduação, psicólogos, orientadores e supervisores educacionais, e os profissionais de outras áreas, priorizando os da área de educação.

Os dados da pesquisa (cor, idade, sexo, formação acadêmica, atuação profissional e seleção), foram coletados das fichas de inscrições dos candidatos. Em seguida, foi observado o critério e fases da seleção, que foram divididos em três fases: avaliação escrita, (dissertação), análise de currículo e entrevista.

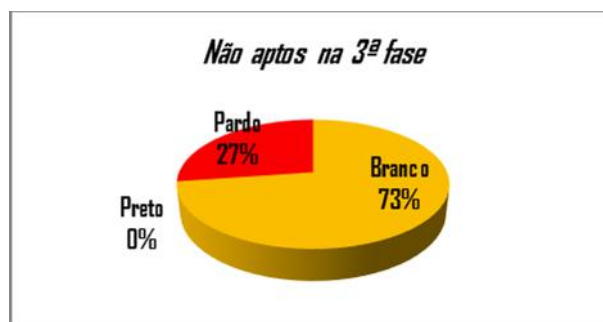
Os resultados foram obtidos através da análise dos dados, por preenchimento de uma planilha previamente elaborada, a qual permitiu a correlação dos dados e quantificação percentual dos mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

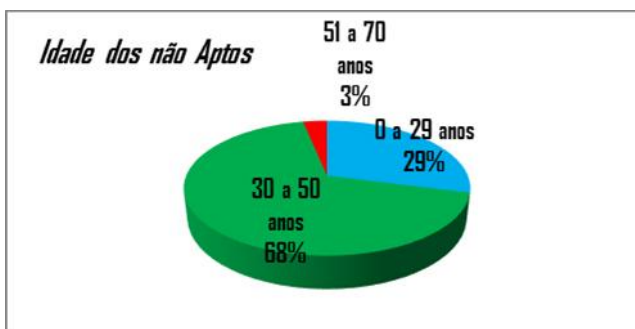
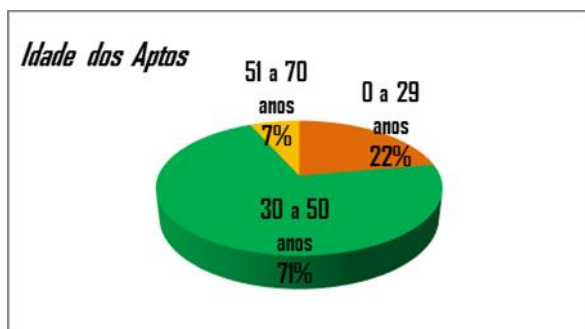
A 1ª fase da seleção para as 40 vagas do curso constou de uma avaliação escrita (dissertação) cujo tema abordado foi “A questão racial no planejamento escolar” onde dos 189 escritos, compareceram 144 candidatos, sendo 7 (sete) a nota mínima para aprovação. Nesta fase, foram aprovados 75 candidatos, conforme ilustra os gráficos abaixo.



Na 2ª fase da seleção, que constou da análise de curriculum, 57 candidatos foram classificados, e os que foram classificados para a 3ª fase, que constou de entrevista, foram classificados para o curso 45 candidatos.



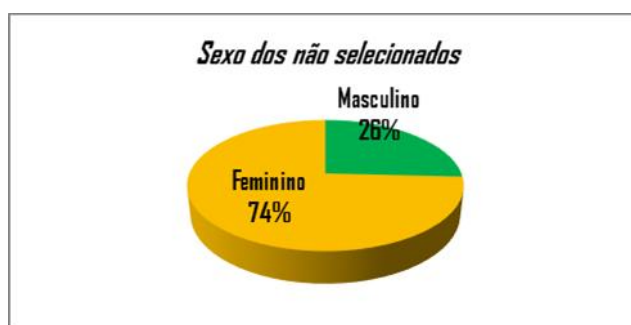
Na caracterização da faixa etária, constatou maior número de candidatos com idade entre 30 e 50 anos, com 71% na lista dos classificados e 68% na lista dos não classificados. Daí pode-se constatar que a maioria dos candidatos está representada nesta faixa etária.



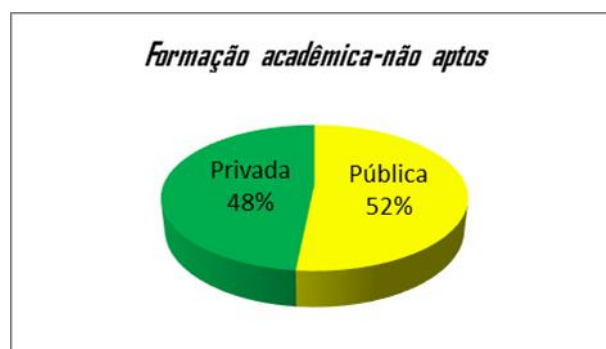
Segundo os dados, do total de 189 inscritos para a seleção, 34% dos selecionados são da cor branca, 47% da cor negra e 18% da cor parda. Por outro lado, na lista dos não selecionados, 67% da cor branca, 17% da cor negra e 16% da cor parda. A partir dos dados cor, pode-se constatar a maior presença da cor branca na lista dos não classificados, enquanto a presença negra foi bem representada na lista dos selecionados.



Foi verificada grande desigualdade por sexo na seleção, constatamos a maior presença feminina tanto na lista dos selecionados quanto aos não selecionados.



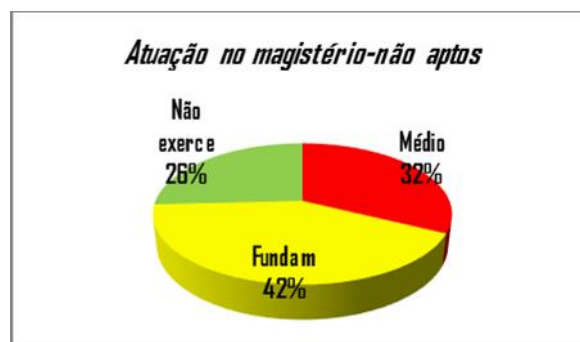
Com relação aos cursos originários dos candidatos, a predominância do curso de pedagogia, tanto nos selecionados quanto nos não selecionados, seguidos do curso de história, e geografia. Quanto à formação acadêmica, 71% dos selecionados foram oriundos de instituições públicas e 29% de instituições privadas e dos não selecionados, 52% das instituições públicas e 48% das privadas;



Em relação à atuação profissional, 69% dos selecionados atuam no magistério do ensino público, 27% no ensino privado e 4% não atuam no magistério, enquanto 52% dos não selecionados atuam no ensino público, 22% no ensino privado e 26% não atuam no magistério.



Quanto ao nível de atuação no magistério, 29% atuam no ensino fundamental, 55% atuam no ensino médio e 16% não exercem. Já entre os não selecionados 42% atuam no ensino fundamental, 32% no ensino médio e os que não exercem 26%.



CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como proposta investigar a cor dos candidatos e os possíveis fatores da maior presença de candidatos negros no curso de pós-graduação, tendo como foco os dados da última turma do curso nesta modalidade, e se houve discriminação aos candidatos brancos. A escolha deste tema esbarra-se no fato de que a maioria dos candidatos brancos não serem classificados.

A partir da análise dos dados foi possível perceber que os candidatos brancos, foram eliminados durante as fases da seleção por vários motivos, ou seja, não compareceram a prova escrita (47%), não obtiveram a nota mínima para passar para a 2ª fase (67%), e por não preencher os requisitos da seleção constantes no edital.

Constatamos também, a maior presença feminina no curso, sendo a predominância do curso de pedagogia, seguida do curso de história.

As maiorias dos cursistas atuam na escola pública cuja formação acadêmica foi realizada em universidade pública, e o maior número de candidatos ficou situado na faixa etária entre 30 e 50 anos.

A partir dos dados (cor), podemos constatar a maioria da presença negra no curso (48%), seguida da cor branca (34%) e parda (18%) e que não houve discriminação racial com nenhum dos candidatos eliminados, principalmente os de cor branca.

REFERÊNCIAS

- _____. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.
- CARDOSO, M. L. de M. (Ed.). *Programa Diversidade na Universidade: avaliação final*. Brasília: MEC/Secad/Educação para a Diversidade e Cidadania/Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, 18 mar. 2008.
- CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES. *Terceiro Prêmio Educar para a Igualdade Racial: experiências de promoção da igualdade racial-étnica no ambiente escolar*, ago. 2008. São Paulo: CEERT, 2008.
- TODOROV. TZVETAN – Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana – Jorge Zahar. Ed. 1993. 2v. RJ.